

EL URBANISMO O URBANISMO



LISBOA: DA CIDADE MEDIEVAL À CIDADE MANUELINA

Hélder Carita

Com uma estrutura urbana herdada da época islâmica concentrada nas vertentes da colina de São Jorge, Lisboa sofre um processo de expansão ao longo dos séculos XIV e XV, que levou a uma significativa alteração do seu centro urbano. A zona do vale da Ribeira, situada entre as colinas de São Jorge e de São Francisco, e que até ao século XIII constituía uma zona de arrabalde da cidade, sofre um processo de forte densificação urbana, ganhando a área junto das margens do Tejo qualidades de centralidade onde, às tradicionais funções portuárias, se vêem associar actividades mercantis e administrativas.

Atendendo a esta realidade, em 1294 o rei D. Dinis (1279-1325) assina um acordo com o Senado da Câmara de Lisboa¹, visando a construção de uma frente amuralhada no vale da Ribeira que, fazendo face às margens do Tejo, passaria a constituir uma importante e necessária protecção a esta zona em expansão. Em clara sintonia com esta intervenção, o acordo determinava ainda o reordenamento e extensão da Rua Nova, que pela sua escala e localização viria a funcionar como a mais importante artéria comercial da cidade até ao terramoto de 1755. No ano seguinte, D. Dinis assina um novo acordo com a Câmara de Lisboa para abertura de uma outra rua², agora na zona exterior da muralha, assim como para a remodelação e aumento do Largo dos Açougues, completando-se desta forma um conjunto de reformas urbanas que conferiam a esta zona portuária um novo significado urbano.

Ganhando valores de centralidade, a zona do vale da Ribeira passa a ser designada por “Baixa”, passando a verificar-se uma tendência de expansão da cidade para ocidente que se manifesta com a urbanização da encosta do Espírito Santo³. Em contraponto à cidade antiga, concentrada nas vertentes da colina de São Jorge, este bairro, denominado da “Pedreira”, dava início a um processo de crescimento urbano para ocidente que se irá acentuar nos séculos seguintes.

Este progressivo crescimento determina que, nos últimos decénios do século XIV, se assista à construção de um novo conjunto de muralhas de protecção da cidade, que virá a ser conhecido como “cerca fernandina”. Embora construída,

na sua quase totalidade, entre 1373 e 1375, as obras prolongaram-se por vários anos, pois em 1421 ainda o Conselho da cidade celebrava contrato para a conclusão do troço de muralha da zona de Cata-Que-Farás⁴.

A construção desta muralha, e muito particularmente as grandes portas que são erguidas na zona ocidental da cidade, denominadas Portas de Santa Catarina⁵, vão instituir uma nova área de desenvolvimento urbano que, ligando o bairro da Pedreira a estas portas, tomará mais tarde o nome de rua Direita das Portas de Santa Catarina. Polarizado em torno desta via, irá desenvolver-se um novo bairro que tomará, por sua vez, o nome de Vila Nova de Santa Catarina. Numa estratégia acordada entre o rei D. João I (1385-1433) e o Senado da cidade, o monarca assina em 1410 uma carta régia para o pagamento à família Peçanha de um vasto chão “que he a par da porta de Santa Catalina pera se fazer em el cassas pera esa cidade”⁶. Dias depois, o soberano voltava a assinar uma “carta” em que determinava que se levantasse o antigo imposto das *áduas*, substituindo-o por outro mais leve, o real-d’água⁷, assegurando, assim, que se “...caseasse Vila Nova...”⁸.

Embora desaparecida na sequência do terramoto de 1755, o traçado urbano da Vila Nova de Santa Catarina ficou registado na planta de Lisboa de João Nunes Tinoco. De forma clara o bairro estrutura-se a partir duma grelha em espinha⁹, formada por um eixo central, gerador de todo o conjunto, e por uma sequência de travessas perpendiculares, hierarquicamente submetidas a esse eixo. Se este traçado, já estava presente, embora de forma incipiente, no Bairro da Pedreira, adquire aqui a sua expressão plena como modelo de traçado urbano que, de uma certa maneira, caracteriza o urbanismo português do final da Idade Média. Mercê de uma conjuntura económica e política favorável, ao longo do reinado de D. Manuel I (1496-1521) Lisboa sofre um conjunto de transformações na sua estrutura urbana, dotando-a de uma nova imagem que perdurará até ao terramoto de 1755. Tomando o Tejo como elemento fundamental e estruturante, a cidade estende-se pelas suas margens, numa dupla lógica de ver e ser vista. Pela iniciativa da Casa Real, estas transformações tomam forma sobretudo atra-

PLANTA DE LISBOA ANTERIOR AO TERRAMOTO DE 1755 COM AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES URBANAS OCORRIDAS DURANTE OS SÉCULOS XIV, XV E INÍCIOS DO SÉCULO XVI

LISBOA | SÉCULOS XIV - XV
LISBOA | SÉCULOS XVI

- 1 | RUA DOS FERREIROS
- 2 | ALARGAMENTO DO LARDO DOS AÇOUGUES
- 3 | MURALHA DE D. DINIS
- 4 | RUA DIREITA DA PEDREIRA
- 5 | RUA DIREITA DE SANTA CATARINA
- 6 | CALÇADA DE PAYO NAVAIS
- 7 | RUA DOS CAVIDES
- 8 | RUA DA BOA VIAGEM
- 9 | RUA DA COMENDADEIRA
- 10 | RUA DIREITA DAS PORTAS DE SANTA CATARINA
- 11 | RUA DA CORDOARIA-VELHA
- 12 | RUA OUTEIRO
- 13 | RUA DA AMETADE
- 14 | RUA DA FIGUEIRA
- 15 | CALÇADA DA PORTA DO PAÇO ATÉ À PORTA DA PORTAGEM
- 16 | CALÇADA DE SÃO FRANCISCO
- 17 | RUA DOS CORREIROS
- 18 | RUA DOS TANOEIROS
- 19 | RUA DA PRAÇA DOS ESCRAVOS ATÉ SÃO JOÃO DA PRAÇA
- 20 | RUA DIREITA QUE CATA-QUE-FARÁS
- 21 | RUA DA OLIVEIRA (OU DO OLIVAL)
- 22 | TRAVESSA DE JOÃO DE DEUS
- 23 | CALÇADA DE SÃO ROQUE (MAIS TARDE DO DUQUE)
- 24 | RUA DA CONDESSA DA VIDIGUEIRA
- 25 | RUA DA CONDESSA DE CANTANHEDE
- 26 | 1ª E 2ª FASE DE URBANIZAÇÃO DA VILA NOVA DE ANDRADE
- 27 | REORDENAMENTO DA RUA NOVA E DA SAPATARIA
- 28 | RUA NOVA D'EL REI
- 29 | REORDENAMENTO URBANO DO ROSSIO

vés de dois grandes programas de reordenamento urbano: um primeiro, implementado entre 1498 e 1502, que visava transformar a cidade como “cabeça do reyno” e lugar privilegiado do poder real; o segundo, desenvolvido em 1513, onde a cidade se estrutura como capital de um jovem império e elemento fundamental da sua afirmação.

No primeiro programa, para além da constituição dum novo centro urbano, com a construção do Paço Real e duma vasta frente arquitectónica para a Ribeira, inicia-se um conjunto de grandes obras nas ruas principais do centro da cidade, procedendo-se a reparações, tanto nas principais portas como nos mais importantes chafarizes, numa acção programática que visualiza a cidade num todo homogéneo e funcional.

Como primeira prioridade, os arruamentos de ligação da nova praça da Ribeira à Alcáçova (castelo de São Jorge) e ao monte de São Francisco (Chiado) sofrem obras de alargamento, efectuando-se para o efeito uma série de demolições de casas, alpendres e patamares para, deste modo, ser facilitada a circulação viária. As fachadas da Rua Nova e da Sapataria são reformuladas, passando a assentar em galeria sobre “esteios de pedraria yguais e muy bem obrados”, numa arquitectura de programa de grande rigor. A partir destas opções estéticas, são também reformuladas as ruas dos Ferreiros, dos Tanoeiros e dos Bacalhoeiros, numa ordenação programática que, além de promover uma nova arquitectura de programa, institui uma estrutura radial ao tecido da cidade em grandes linhas de desenvolvimento a partir do centro da cidade.

Deste centro passam a irradiar cinco novos eixos. Da Ribeira à Alcáçova; da Ribeira ao Alto de São Francisco; da Ribeira para ocidente a caminho de Cata-Que-Farás; da Ribeira para S. João da Praça e Alfama, para oriente, e, por fim, da Rua Nova dos Mercadores para norte, pela Rua Nova d’El-Rei terminando no Rossio.



PANORÂMICA DE LISBOA. IN GEORGIUS BRAUNIUS, CIVITATES ORBIS TERRARUM, VOL. I, 1572.
GRAVURA EM COBRE. ANÔNIMO, SÉCULO XVI. MUSEU DE LISBOA.

Sobressaindo deste grupo, a Rua Nova d'El-Rei nasce como nova entidade urbana, após uma série de demolições de edifícios que, ao estabelecer uma grande linha de penetração para o interior, vai possibilitar a consolidação dum novo núcleo de centralidade urbana no Rossio que, por sua vez, sofre igualmente um processo de reordenamento. Na realidade se o Hospital de Todos-os-Santos é fundado por D. João II, toda a sua fachada é realizada no reinado de D. Manuel ¹⁰, tendo sido em paralelo efectuadas, por iniciativa do Senado do Câmara de Lisboa, obras de reordenamento nas frentes urbanas da Praça ¹¹.

Em continuidade com as disposições régias tomadas para a reestruturação do tecido da cidade, são tomadas medidas para a formação de núcleos de expansão urbana, tanto no interior da cerca fernandina, como extra-muros. Em 1500, D. Manuel assina um decreto ordenando de forma drástica: "...que se cortem e que se deribem todollos os ollivvaez de muros ademtro..." ¹². Nos terrenos das cercas dos conventos da Trindade e do Carmo inicia-se o processo de urbanização de Vila Nova da Olivei-

ra, desenvolvendo-se, a nível mais pontual, outras pequenas urbanizações, como a da abertura da Rua do Saco, na cerca dos frades de São Francisco. De 1498 e 1499 datam ainda as primeiras cartas de doações régias para a construção do Mosteiro de Santa Maria de Belém que, em consonância com o Mosteiro da Madre de Deus, passam a marcar de forma emblemática as entradas de Lisboa para quem se aproximava de barco. Debruçados sobre as margens do rio Tejo, os dois mosteiros apresentam um programa arquitectónico marcado por um corpo de igreja orientado nascente poente com um portal lateral virado a Sul assumindo cada um, pelas suas proporções, um sentido claramente cenográfico em função do Tejo.

Com uma pausa que coincide com o afastamento da corte, motivado pela peste negra que assola a cidade de Lisboa durante vários anos, a partir de 1513 os *Livros de Reis da Câmara de Lisboa* registam uma nova campanha de grandes obras que, da zona da Ribeira, se estendem a toda a orla marítima. A par do Paço Real que, neste período, recebe mais um andar na forma da sua famosa varanda,

Incipit officium mortuorum. Ad vesperas. Antiphona.
Placebo domino. psalmus.



Glexi quoniam
exaudiet dominus
vocem orationis
meae

Et
uia inclinavit aurem
suam michi: et in diebus
meis invocabo. et
ruerunt me dolores mortis:
et pericula inferni invenerunt



o extenso alçado da praça virado ao Tejo é igualmente levantado com mais dois andares, dotando todo o conjunto duma outra ordem de monumentalidade.

Em sintonia com a varanda do Paço Real, iniciam-se, igualmente neste período, as obras da Alfândega Nova, que vão conformar a Ribeira numa nova estrutura de praça, constituída por três corpos arquitectónicos dispostos em U, morfologia que marcará definitivamente a imagem de toda a cidade. Em articulação com estas obras, um vasto conjunto de grandes edifícios administrativos e portuários sofre alterações, como é o caso da Casa da Índia, dos Armazéns Reais, da Casa dos Contos e do Paço da Madeira, e outros são iniciados de raiz, como a referida Alfândega Nova e as Terceiras da Porta da Cruz¹³.

Acentuando uma lógica de aproximação e interdependência com as margens do Tejo, para ocidente, na sequência da Ribeira das Naus e a seguir a Cata-Que-Farás, forma-se outro patamar de porto para armadores particulares: a Praia da Boavista. Por provisão real de 1515, nesta área é expressamente proibido que a Câmara permita a construção de habitação, ficando a zona para "... espalmar e correger as não" (Costa, 1994: 38).

Concomitantemente, no ano de 1513 dá-se início a uma nova fase de loteamento em Vila Nova de Andrade, cujos aforamentos se distribuem por várias ruas, tanto a norte como sul do actual Largo do Camões¹⁴. Com uma malha rectangular de ruas e travessas, a nova Vila manifesta de forma precoce um traçado que, afastando-se do modelo medieval de rua e travessa, apresenta um programa baseado num módulo gerado a partir de um quarteirão de base rectangular.

No seu conjunto, as reformas urbanas operadas no reinado de D. Manuel I, além de terem conferido à cidade de Lisboa uma nova estrutura e imagem, acabam por se instituir como um modelo urbanístico de referência para as cidades portuárias que os portugueses irão erguer ao longo das costas do Atlântico e do Índico.

¹ Esta carta existe tanto no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (AN/TT), Chancelaria de D. Dinis, livro 2º, fl. 81v, como no Arquivo Municipal de Lisboa (AML), encontrando-se transcrito na sua totalidade em CML, 1947: 109-110.

² A carta de 1295 encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tanto na Chancelaria de D. Dinis, livro 2º, fl. 99v, como nos Direitos Reais, livro 2º, fl. 131v. A transcrição encontra-se em Silva, 1987c.

³ Encosta nascente do Chiado onde se abrem hoje as actuais Rua do Carmo e Rua Nova do Almada.

⁴ CML, 1949: 47-48. O Cata-Que-Farás corresponde hoje à zona ribeirinha entre o Cais do Sodré e a rua do Arsenal.

⁵ Desaparecidas, estas portas correspondem ao Largo do Chiado e à zona das Igrejas de N. S. da Encarnação e do Loreto, tendo cada igreja substituído uma das torres desta entrada.

⁶ CML, 1949: 113.

⁷ Este antigo imposto "a ádua", de tradição islâmica, é reformulado para imposto para as obras da cidade, que tomará o nome de real-d'água. Sobre este assunto vide Oliveira, 1887: I, 178-189 e 309-310.

⁸ Entenda-se aqui fazer casas, ou melhor, construir os edifícios.

⁹ Este modelo é referido para a Rua Direita de Leiria como planta de tipo em "espinha de peixe" (Gomes, 1993: 96).

¹⁰ O facto é salientado por Góis, 1988: 74, referindo "... acabou o grande e sumptuoso Hospital da cidade de Lisboa... e fez nele todas as casas que estão na face do Rossio desde a rua da Betesga até o mosteiro de São Domingos...".

¹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Povolide, maço 4, nº2, contrato de aforamento perpétuo de chãos no Rossio entre a Câmara e Rui Gomes da Grã, de 31 de Março de 1500, transcrito por Rafael Moreira, "Um projecto manuelino para o Rossio", artigo escrito para a revista Oceanos, mas que não chegou a ser publicado.

¹² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel. Livro I da Estremadura, fl. 160, alvará de 26 de Dezembro de 1500.

¹³ Correspondem hoje ao edifício do Museu Militar, em Santa Apolónia.

¹⁴ A zona a norte do largo do Camões tomará, por sua vez, a designação de Bairro Alto de São Roque e mais tarde Bairro Alto.